



CÂMARA MUNICIPAL DE

TAUÁ

Requerimento n° 90/2026
Helio Pedrosa Castelo Neto

Tauá em 17 de junho de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ
VISTO EM SESSÃO

22/06/2026

PRESENCIA DA CMT

Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, que após ouvido o plenário, oficie ao Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Proteção Social, solicitando o encaminhamento da normativa e do novo Plano de Trabalho que fundamentam as alterações na execução dos serviços do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família no âmbito dos CRAS do Município de Tauá.

O vereador signatário, nos termos do que reza o Regimento Interno, Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, que após ouvido o plenário, oficie ao Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Proteção Social, solicitando o encaminhamento da normativa e do novo Plano de Trabalho que fundamentam as alterações na execução dos serviços do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família no âmbito dos CRAS do Município de Tauá.

Plenário da Câmara Municipal de Tauá em 17 de junho de 2026.

HELIO PEDROSA CASTELO NETO
VEREADOR

MATÉRIA ENCAMINHADA
à PMT
ATRAVÉS DO OF. N° 173/2026
①
FUNCIONÁRIO(A)

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO
POR 12 VOTOS FAVORÁVEL
SALA DE SESSÕES 22/06/2026

PRESENTE DA CMT



**JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento tem por finalidade assegurar o exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, publicidade, eficiência e transparência da administração pública.

Considerando as recentes alterações na execução dos serviços do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Tauá, faz-se necessário que esta Casa Legislativa tenha conhecimento da normativa e do novo Plano de Trabalho que fundamentam tais mudanças, a fim de compreender os critérios técnicos e administrativos adotados pela gestão.

O acesso a essas informações contribuirá para o acompanhamento das políticas públicas de assistência social, permitindo avaliar os impactos das alterações na prestação dos serviços e assegurar que a população, especialmente as famílias em situação de vulnerabilidade social, continue tendo garantido o acesso aos seus direitos de forma eficiente e humanizada.

Diante do exposto, espera-se o atendimento do presente requerimento, em observância aos princípios da transparência e do interesse público.

